



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

CORPOS E TERRITÓRIOS EM CERCO: A SUBJETIVIDADE DA SEGREGAÇÃO NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

Bodies and territories under siege: the subjectivity of segregation in the israeli-palestinian conflict

GEORGE DANIEL RODRIGUES FONSECA¹

RESUMO

Este artigo investiga o conflito israelo-palestino a partir de uma perspectiva crítica, integrando as teorias da necropolítica de Achille Mbembe e da interseccionalidade expandida por Jasbir Puar a partir do conceito de agenciamento (*assemblages*). Com foco no conceito de “direito de mutilar” propomo-nos a analisar como o poder soberano não apenas decide quem vive ou morre, mas também utiliza a debilidade como estratégia de controle biopolítico a partir de dinâmicas coloniais que sustentam a ocupação israelense nos territórios palestinos. O texto examina como práticas de violência, destruição infraestrutural e impacto intergeracional moldam as experiências de opressão e resistência, especialmente entre palestinos. Destaca-se que essas práticas não se limitam à morte imediata, mas incluem a exploração econômica de corpos debilitados, transformados em capital circulatório. Exploramos ainda, como as intersecções de raça, gênero e classe moldam as vivências de opressão e resistência no território e se interagem para perpetuar as desigualdades no contexto colonial.

PALAVRAS-CHAVE: necropolítica; conflito israelo-palestino; colonialismo por povoamento.

ABSTRACT

This article investigates the Israeli-Palestinian conflict from a critical perspective, integrating Achille Mbembe’s necropolitics and the intersectionality expanded by Jasbir Puar through the concept of agency (*assemblages*). Focusing on the concept of the “right to mutilate,” we aim to analyze how sovereign power not only decides who lives or dies, but also uses debilitation as a biopolitical control strategy through colonial dynamics that sustain the Israeli occupation in the Palestinian territories. The text examines how practices of violence, infrastructural destruction, and intergenerational impact shape experiences of oppression and resistance, particularly among Palestinians. It highlights that these practices are not limited to immediate death but also include the economic exploitation of debilitated bodies, transformed into circulatory capital. We also explore how the intersections of race, gender, and class shape the experiences of oppression and resistance in the territory, and interact to perpetuate inequalities within the colonial context.

KEYWORDS: necropolitics; Israeli-Palestinian conflict; Settler colonialism.

GERÊNCIA EDITORIAL:

Bruna Cristina Oliveira Pupe
Pedro Haas Zanotto

SUBMETIDO: 15/01/2025

ACEITO: 01/09/2025

COMO CITAR:

FONSECA, G. D. R. Corpos e territórios em cerco: a subjetividade da segregação no conflito israelo-palestino. *Aedos*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 140-156, jan.–jun., 2025.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID iD: 0009-0002-4033-290X. E-mail: georgerodriguesfonseca@gmail.com

INTRODUÇÃO

O conflito israelo-palestino se constitui como um dos mais longevos e complexos da geopolítica contemporânea com origens históricas, caracterizado por dinâmicas de violência, ocupação e resistência que se estendem por décadas, afetando diferentes grupos populacionais de maneiras diversas e interseccionais. Para alguns autores, o conflito teve sua origem moderna associada à ascensão do nacionalismo árabe² e do sionismo³ na primeira metade do século XX.

O intelectual de origem palestina Edward Said (2012), explora a “questão palestina” como algo complexo e com diferentes nuances, destacando que essa expressão implica três significados principais. O autor propõe analisar a situação da Palestina partindo desses três significados. Em primeiro lugar, “a questão” entendida como um assunto isolado que merece análise própria, o que sugere a complexidade da situação palestina. Em segundo lugar, refere-se a um problema histórico e persistente, indicando que a Palestina é um dilema duradouro nas discussões políticas e sociais. Por fim, “a questão” pode indicar incerteza ou instabilidade, refletindo a ambiguidade em torno da situação política da Palestina.

O autor evidencia, no entanto, que para muitas pessoas no Ocidente que analisam o conflito por jornais, TV ou rádio, sem se aprofundar em conhecimentos políticos específicos sobre a região, consideram o Oriente Médio essencialmente a partir do conflito (disputa, problema, luta, etc.) árabe-israelense, e não muito mais do que isso. Isso porque, segundo Said (2012), parte expressiva também da literatura sobre o Oriente Médio, tende a relativizar o que acontece na região, essencialmente como uma série de guerras intermináveis entre um grupo de países árabes e Israel.

Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um plano de partilha da Palestina, dividindo o território entre um Estado judeu e um Estado árabe, com Jerusalém sob administração internacional. Proposta rejeitada pelos árabes palestinos que a consideraram injusta, mas aprovada pelas lideranças judaicas, que eram minoria no território na época.

No ano de 1948, a partir do plano Dalet, um plano elaborado entre 1947 e 1948 pelo grupo paramilitar Haganá, posteriormente precursor das Forças de Defesa de Israel, que segundo o historiador Ilan Pappé (2008), esboçava o futuro que os sionistas tinham em mente para a Palestina e, conseqüentemente, para sua população nativa, o movimento sionista declarou a independência do Estado de Israel, desencadeando a primeira guerra árabe-israelense. A esse respeito, Pappé (2008) argumenta que a implementação do Plano Dalet foi parte de uma estratégia cuidadosamente elaborada para promover a limpeza étnica da Palestina. Segundo o autor, “a campanha militar contra os árabes, incluindo a ‘conquista e destruição das áreas rurais’, foi exposta no Plano Dalet da Haganá”⁴ (Pappé, 2008, p. 11). Para os árabes palestinos, o episódio é considerado a *Al Nakba* (catástrofe em árabe), na qual cerca de 750.000 palestinos foram deslocados de suas terras, transformando-se em refugiados, de acordo com Edward Said (2012).

2 O nacionalismo árabe emergiu como resposta anticolonial, buscando a unificação dos povos árabes com base em uma identidade cultural e linguística comum. Autores como Rashid Khalidi e Edward Said analisam como essa ideologia se articulou historicamente diante das ameaças externas e da fragmentação imposta pelas potências coloniais.

3 O sionismo, por sua vez, é compreendido por Ilan Pappé e Edward Said como um projeto nacionalista europeu que, ao se estabelecer na Palestina, gerou um processo de colonização e deslocamento da população nativa, sendo central para a compreensão do conflito israelo-palestino.

4 Tradução nossa. Do original: “la campaña militar contra los árabes, incluida la ‘conquista y destrucción de las áreas rurales’, se expuso en el Plan Dalet de la Haganá”.

Durante o século XX, uma série de outras disputas e levantes foram travadas entre os árabes e os israelenses, como a Guerra de Suez, a Guerra dos Seis Dias, a Guerra de Yom Kippur e a Primeira Intifada. Além disso, outros embates foram registrados no começo do século XXI. O conflito tomou novas proporções em 2023 a partir de um embate direto entre o grupo político e militar palestino Hamas e o Estado de Israel, quando o primeiro adentrou o território israelense resultando na morte de aproximadamente 1200 israelenses e no sequestro de cerca de outras 200 pessoas. Em resposta, o governo israelense declarou estado de guerra contra o grupo Hamas, que controla o enclave palestino de Gaza, e as Forças de Defesa de Israel (IDF) lançaram a operação “Espadas de Ferro”, segundo consta em site do Ministério das Relações Exteriores do governo israelense. Com uma série de bombardeios aéreos no território palestino e a mobilização de tropas terrestres, a resposta israelense gerou e ainda gera centenas de baixas de civis palestinos.

De acordo com o canal de comunicação árabe *Al Jazeera* (2024), os números de mortos em Gaza ultrapassam pelo menos 41.788 pessoas, incluindo quase 16.500 crianças, com mais de 96.794 pessoas feridas e outras 10.000 desaparecidas. A catástrofe humanitária que se estende também para a Cisjordânia, território palestino ocupado pelos israelenses, conta com pelo menos 723 pessoas mortas, incluindo mais de 160 crianças e outras cerca de 5.750 pessoas feridas. Os números foram divulgados pelo meio de comunicação no começo de outubro de 2024 e é atualizado diariamente com dados dos Ministérios da Saúde de ambos os territórios.

Além das vítimas humanas, o jornal divulga também os danos causados pelas forças israelenses as estruturas de Gaza, a partir de dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, da Organização Mundial da Saúde e do governo palestino. Segundo a *Al Jazeera* (2024), os danos se constituem em mais da metade das casas de Gaza (danificadas ou destruídas), 80 por cento das instalações comerciais, 85 por cento dos edifícios escolares, instalações de saúde (17 dos 36 hospitais parcialmente funcionais), 65 por cento das redes rodoviárias e 65 por cento das terras cultiváveis.

Nessa perspectiva, neste artigo, buscamos analisar o conflito com base na teoria da necropolítica, de Achille Mbembe (2018), e do conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, e expandido por pensadoras como Jasbir Puar. Procuramos entender, a partir da necropolítica, como o Estado exerce o poder soberano, não apenas para governar a vida, mas também para administrar a morte, criando condições onde determinados corpos são considerados matáveis e outros, protegidos. Por outro lado, a interseccionalidade permite uma compreensão mais ampla das múltiplas camadas de opressão que afetam os diferentes grupos desse conflito.

Ampliaremos essa perspectiva introduzindo a noção de “direito de mutilar”, da Jasbir Puar (2021), ideia que sugere que, além do poder de matar ou deixar viver, existe uma terceira forma de exercício do poder soberano: o poder de ferir e incapacitar nações. No contexto israelo-palestino, essa dinâmica é analisada a partir das práticas de ocupação, bloqueio, e bombardeio, que precarizam a vida palestina enquanto promovem a segurança e a supremacia israelense.

A partir de uma perspectiva interseccional, temos como objetivo analisar como as questões de raça, etnia, gênero, sexualidade e classe se entrelaçam, moldando as experiências de israelenses e palestinos de maneiras distintas. Em particular, a crítica de Jasbir Puar ao conceito tradicional de interseccionalidade abre novas formas de análise que vão além das categorias fixas de identidade, sugerindo que as práticas de poder no conflito estão constantemente reformulando corpos e subjetividades.

OS TERRITÓRIOS PALESTINOS ENTRE A NECROPOLÍTICA E O COLONIALISMO

Para aprofundar a compreensão da necropolítica no contexto dos territórios palestinos, é essencial retomar a definição de Achille Mbembe (2018). Segundo o autor, a expressão máxima do poder soberano é a capacidade de um grupo de pessoas livres e iguais, ou seja, um povo, criar as regras que regem a sociedade. Mbembe (2018) considera que esses indivíduos são considerados sujeitos completos, com capacidade de se conhecer, de se autoconscientizar e de se representar politicamente. Nesse sentido, a política exerce um projeto de autonomia e de acordos mútuos, se diferenciando da guerra, que é caracterizada pela violência e pela imposição da vontade de um sobre o outro.

O filósofo e cientista político camaronês associa a soberania a um duplo movimento de autoinstituição e autolimitação. De acordo com Mbembe (2018), ao exercer a razão na esfera pública, os indivíduos se constituem como sujeitos políticos e, ao mesmo tempo, estabelecem os limites para o exercício do poder e, a partir disso, a soberania se torna um processo contínuo de construção e reconstrução das normas que regem a vida em sociedade.

Mbembe (2018) nos alerta, no entanto, para as faces sombrias do poder, revelando como a soberania pode ser utilizada para fins destrutivos. A necropolítica, conceito central em sua obra, demonstra como a política da morte se tornou uma característica estrutural na modernidade. Conforme o autor, a instrumentalização da vida humana e a destruição de corpos se configuram como o ápice da soberania pervertida, onde a violência se torna a norma e a vida é desvalorizada.

Tais formas da soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos (Mbembe, 2018, p. 11).

O trecho acima destaca o caráter normativo que estrutura o espaço político moderno. Mbembe em sua obra *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2018) rejeita a ideia de que práticas como genocídios, campos de concentração e políticas de extermínio geram frutos de desvios irracionais ou eventos extraordinários e isolados. Para ele, essas práticas estão enraizadas na lógica organizacional e operacional da soberania moderna. De tal forma, fica evidente que essas formas de violência são ações deliberadas, planejadas e coerentes com a racionalidade instrumental da modernidade.

Nesse sentido, o poder soberano sempre operou à margem da lei e do humanismo para consolidar o controle sobre corpos, territórios e população, estabelecendo o estado de exceção como regra. O autor constrói essa concepção a partir da união dos conceitos de biopoder (Foucault), estado de exceção (Carl Schmitt) e estado de sítio.⁵ Ele destaca como essas noções operam em conjunto para explicar e operacionalizar o poder sobre a vida e a morte, em que o poder soberano utiliza crises (reais ou fabricadas) como justificativa para legitimar sua autoridade e exercer violência.

Achille Mbembe (2018) argumenta que o estado de exceção cria uma relação intrínseca com a inimizade, uma relação fundamental para o exercício do poder de matar. Segundo ele, é identificado um “inimigo”, que é considerado uma ameaça existencial, legitimando a eliminação desse outro.

⁵ O conceito se constitui como uma forma intensificada de exceção, onde a soberania mobiliza diretamente o controle militar e restrições físicas sobre populações e territórios.

O inimigo, às vezes real, muitas vezes ficcional, é construído como uma figura que representa o caos, a desordem ou a ameaça, enquanto a emergência é fabricada para instruções específicas.

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros (Mbembe, 2018, p. 17).

Nesse contexto, a lógica do biopoder opera através de uma separação entre aqueles que devem ser protegidos e aqueles que podem ser sacrificados, assumindo o controle sobre o “campo biológico”, ou seja, sobre os corpos e a vida das pessoas. Mbembe (2018) argumenta que essa regulação reflete a inserção do biopoder na vida cotidiana e no tecido social, transformando mudanças inteiras em objetos de uma regulação política.

O autor argumenta, ainda, que o racismo exerce papel central como ferramenta para a lógica do biopoder e, consequentemente, da necropolítica. Ele enfatiza que o racismo é um elemento estruturante nas políticas de poder do Ocidente, sendo utilizado para justificar a violência e a dominação de povos considerados “outros” ou “inferiores”. O racismo, nesse contexto, não é apenas um preconceito, mas uma tecnologia de governança que organiza as relações entre vida e morte.

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer”. (Mbembe, 2018, p. 18).

De acordo Mbembe (2018), historicamente a construção da diferença racial pelo Ocidente, justificou a colonização, a escravidão e o extermínio de populações inteiras. O autor reforça que a divisão racial precedeu e, em muitos casos, moldou outras formas de hierarquização social, em que o racismo é apresentado como um meio de criar uma distinção radical entre o “eu” e o “outro”. Essa construção do “Outro” como inimigo absoluto se torna central para justificar o uso da violência extrema e o controle sobre a vida e a morte, elementos essenciais na necropolítica.

Mbembe (2018) afirma que a construção do “Outro” como um perigo absoluto, sustenta a lógica política da eliminação física, considerada essencial para fortalecer a segurança e o potencial de vida do soberano ou da sociedade dominante. Essa lógica, presente desde os primórdios da modernidade, continua a caracterizar práticas políticas contemporâneas, legitimando a violência como ferramenta de preservação da ordem e do poder.

Nesse contexto, a lógica apresentada na tragédia humanitária palestina que se arrasta há décadas, pode ser explicada como um exemplo paradigmático de como o poder soberano opera para determinar quem vive e quem morre, especialmente em contextos de ocupação colonial e conflito contínuo. Essa lógica se manifesta por meio de mecanismos que integram o biopoder, o estado de exceção e a necropolítica, configurando uma estrutura de dominação sustentada pela desumanização, pela violência sistemática e pelo controle territorial.

A forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina. Aqui, o Estado colonial tira sua pretensão fundamental da soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história da identidade. Essa narrativa é reforçada pela ideia de que o Estado tem o direito divino de existir; e entra em competição com outra narrativa pelo mesmo espaço sagrado. [...]

Violência e soberania, nesse caso, reivindicam um fundamento divino: a qualidade do povo é forjada pela adoração de uma divindade mítica, e a identidade nacional é imaginada como identidade contra o Outro, contra outras divindades (Mbembe, 2018, p. 42).

Complementando a análise de Mbembe sobre a soberania colonial, Ilan Pappé (2008) enfatiza que o projeto sionista fundou-se numa política de limpeza étnica deliberada, e não apenas em disputas militares. Ao descrever os eventos de 1948, o autor afirma que seu principal objetivo era a limpeza étnica de toda a Palestina, o território que o movimento cobiçava para seu novo Estado. Mbembe (2018) descreve como o poder soberano é sustentado por narrativas históricas e religiosas que legitimam a violência, configurando um conflito onde soberania, identidade e exclusão se entrelaçam. Nesse caso, o Estado colonial baseia sua soberania e legitimidade em uma narrativa histórica que apresenta um direito exclusivo ao território. Essa narrativa é apresentada como uma verdade absoluta, sustentada por interpretações específicas da história e da identidade. A ocupação colonial torna-se, assim, um campo onde vida e morte são reguladas pela luta entre narrativas concorrentes de identidade e direito sobre o território.

Os territórios palestinos, como Gaza e Cisjordânia, são divididos em enclaves isolados por uma rede de barreiras, *checkpoints*, muros e estradas exclusivas. Mbembe (2018) descreve essa política de isolamento como soberania vertical, onde o espaço é segregado tridimensionalmente (subsolo, superfície e espaço aéreo), com o objetivo de controlar a mobilidade e isolar comunidades palestinas. De acordo com o autor, essa fragmentação impossibilita a construção de uma vida plena, reforça a lógica da exclusão e do confinamento e sustenta um estado de exceção contínuo, onde a lei é frequentemente suspensa ou reinterpretada para justificar medidas como demolição de casas, confisco de terras, restrições de movimento e violência contra civis.

Sob um regime de soberania vertical, a ocupação colonial opera por uma rede de pontes e túneis, em uma separação entre o espaço aéreo e o terrestre. O próprio chão é dividido entre a superfície e o subsolo. A ocupação colonial também é ditada pela própria natureza do terreno e suas variações topográficas (colinas e vales, montanhas e cursos d'água). Assim, o terreno elevado oferece benefícios estratégicos não encontrados nos vales (eficácia da vista, autoproteção, fortificações panópticas que permitem orientar o olhar para múltiplas direções) (Mbembe, 2018, p. 44).

Nessa lógica, o “Outro” palestino é construído como uma ameaça existencial, justificada por discursos de segurança nacional, terrorismo e proteção do Estado judeu. Essa construção legitima a violência, incluindo ataques aéreos, operações militares e políticas de repressão, sob a premissa de que eliminar ou neutralizar o inimigo é essencial para garantir a segurança de Israel.

É precisamente nesse cenário de controle espacial e justificação da violência que a análise de Jasbir Puar (2021) se conecta e expande a compreensão da necropolítica mbembiana. Partindo do modo como a vida palestina é precarizada e tornada “matável” pela soberania vertical, Puar (2021) aprofunda como a biopolítica opera no conflito Israelo-Palestino por meio da manutenção de condições de vulnerabilidade e exploração das consequências dessa violência. A autora utiliza conceitos derivados de obras de Michel Foucault (1977; 2003), mas tensiona e expande suas ideias para abordar o controle biopolítico moderno. Em sua obra, Puar (2021) argumenta que Israel exerce um “direito de mutilar” como estratégia deliberada de controle, que vai além da lógica tradicional de simplesmente matar.

Enquanto Mbembe nos ajuda a entender como a soberania pode administrar a morte, Puar nos mostra uma forma específica e sistemática dessa administração: a mutilação e a debilidade são apresentadas como ferramentas sistemáticas e científicas que reforçam uma economia humanitária. Esse “direito de mutilar” não se limita a infligir danos físicos aos corpos, mas abrange também a degradação de espaços e condições de vida, configurando uma forma central de poder biopolítico no controle dos palestinos. Nesse sentido, o que Mbembe descreve como fragmentação e reforço da exclusão espacial e existencial encontra eco e uma nova dimensão em Puar, ao indicar que não só os corpos estão sendo mutilados em Gaza, mas também os territórios, transformando o espaço físico em um instrumento de debilitação e controle populacional.

Essas práticas de debilitar corporal e infraestruturalmente, vagamente apagadas em relação à “força desproporcional”, indicam a extensão, ou talvez a mutação, do “direito de matar” reivindicado pelos Estados em guerra, ao que estou chamando de “direito de mutilar”. Mutilar como prática intencional expande a biopolítica além da simples questão do “direito de morte e poder sobre a vida”; mutilar se torna um vetor primário através do qual o controle biopolítico é implantado no espaço colonizado e, portanto, não facilmente demarcado “necro”, como é mapeado na reformulação da biopolítica de Mbembe (Puar, 2021, p. 09).

A lógica da violência apresentada pela autora, vai além do ato de matar e passa a compreender as formas sutis e sistemáticas de poder que debilitam corpos e populações inteiras, configurando um regime contínuo de controle e exploração. Puar (2021) introduz o conceito de “epigenética armada” para descrever como a violência afeta os corpos de maneira intergeracional, transformando não só as vítimas imediatas, mas também suas condições de saúde futuras.

A autora rejeita a noção de “dano colateral” como insuficiente para compreender as formas de violência empregadas. Segundo ela, essa ideia dissocia os efeitos da guerra (como mutilações ou destruição) da intencionalidade da violência, obscurecendo a natureza deliberada e sistemática dessas práticas.

Israel não reivindica o “direito” real de mutilar da maneira que reivindica o direito à autodefesa e ao direito de matar na guerra. Em vez disso, estou argumentando que, ao desobedecer o protocolo internacional sobre a neutralidade médica – bombardear hospitais e agentes de saúde, parte de uma tática maior da guerra infraestrutural –, juntamente com a satisfação da determinação para minimizar as mortes de civis – também conhecidas como dano colateral — Israel secretamente decreta o direito de mutilar ao mesmo tempo em que promove de sua tentativa de evitar vítimas civis. (Puar, 2021, p. 13-14).

Puar (2021) argumenta que apesar de não reivindicar abertamente o “direito de mutilar”, como faz com o “direito à autodefesa” ou o “direito de matar” dentro de um contexto de legitimidade ou legalidade, essas práticas ocorrem sistematicamente, como parte da dinâmica do conflito. Nesse contexto, a violação do protocolo de neutralidade médica, por exemplo – por meio de ataques a hospitais, ambulâncias e agentes de saúde – é destacada como uma parte de uma “guerra infraestrutural”, uma vez que essas ações comprometem as estruturas básicas necessárias para a sobrevivência e saúde da população, gerando não apenas mortes, mas também debilidade e sofrimento prolongados.

Desse modo, através de sua análise, Puar (2021) argumenta que práticas como a mutilação são intrínsecas à biopolítica moderna, sobretudo em contextos de guerra e ocupação. Ao desvelar o “direito de mutilar” como uma prática implícita nessas situações, ela subverte as narrativas dominantes que

justificam tais atos em nome da autodefesa ou do humanitarismo e demonstra como o poder estatal pode operar de forma insidiosa, utilizando a mutilação como ferramenta para perpetuar condições de debilidade e controle sobre determinados grupos populacionais.

A autora argumenta que a mutilação não deve ser entendida como uma morte incompleta ou um dano accidental, mas como um objetivo deliberado e estratégico. Segundo ela, esse processo opera por meio da produção de incapacidades permanentes, resultantes tanto do dano físico infligido quanto da destruição dos sistemas de suporte que poderiam possibilitar a recuperação das populações atingidas.

Nesse sentido, a mutilação não é um efeito colateral da guerra, mas uma tática central utilizada para alcançar os objetivos do colonialismo de povoamento. Segundo Puar (2021), esse processo ocorre por meio de dois níveis, que podem ser compreendidos, primeiramente por meio da mutilação dos seres humanos em um contexto amplamente privado de recursos, onde a infraestrutura existente é incapaz de converter a condição de invalidez em deficiência; e, em segundo lugar, pela destruição da própria infraestrutura, com o objetivo de enfraquecer ou incapacitar até mesmo aqueles fisicamente saudáveis, por meio do controle de elementos essenciais como calor, água, eletricidade, suprimentos médicos e combustível.

Isso reflete sobre a própria análise de Mbembe (2018) sobre como a ocupação colonial contemporânea, exemplificada pelo caso palestino, opera por meio da interseção de três formas de poder — disciplinar, biopolítico e necropolítico — para garantir uma dominação total sobre os habitantes do território ocupado. A articulação desses poderes permite que o colonizador exerça um controle abrangente, transformando os territórios ocupados em espaços onde os habitantes são submetidos a uma condição de vulnerabilidade extrema.

As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de suas fontes de renda. As execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis (Mbembe, 2018, p. 48-49).

A soberania, nesse sentido, é exercida de forma absoluta e desumanizadora, enquanto os habitantes são reduzidos à condição de alvos ou obstáculos a serem eliminados ou controlados. O estado de sítio, nesse sentido, é tanto um mecanismo prático quanto simbólico da necropolítica, operando para justificar e perpetuar a violência sistemática sob uma lógica de guerra contínua, onde todos os habitantes do território ocupado são tratados como suspeitos, *hostis* ou descartáveis.

A partir dessa lógica, voltemos, então, à análise de Jasbir Puar, que complementa a reflexão de Achille Mbembe ao enfatizar como a violência colonial opera não apenas pela imposição do estado de sítio e pela lógica necropolítica de “fazer morrer”, mas também pela produção deliberada de debilidade e mutilação como formas de controle.

A produtividade de mutilar – “não deixará morrer” – é múltipla. Este terceiro vetor biopolítico, “não deixará, nem fará morrer”, mantém o número de mortes relativamente baixo em comparação com as lesões, ao mesmo tempo em que debilita completamente a população – uma depopulação lenta, através de mutilação dos corpos humanos. A morte após a morte, talvez anos depois, não contaria como uma morte de guerra, tal qual ocorre com a rápida administração das mortes de guerra. Onde terminam os números dos “danos colaterais” e onde começa a demarcação da “morte lenta”? (Puar, 2021, p. 16).

Como evidenciado pela autora, esse tipo de prática reflete um uso sofisticado e perverso do biopoder, onde o objetivo não é simplesmente exterminar uma população, mas controlá-la por meio da fragilidade, da dependência e da debilidade prolongada. As mortes que ocorrem anos após a violência inicial não são contabilizadas como parte dos danos de guerra, o que cria uma lacuna entre o conceito de “dano colateral”, associado a mortes imediatas, e as mortes que resultam de processos de debilitação prolongada, além de também permitir que os perpetradores evitem a condenação internacional, já que os efeitos dessas ações muitas vezes ficam fora do escopo das métricas tradicionais de violência de guerra.

ENTRE O VIVER E O MORRER: BIOPOLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS

Essa análise do uso perverso do biopoder, que visa controlar a população palestina através da fragilidade e debilitação prolongada, nos leva a aprofundar a compreensão da subjetividade dentro desse contexto. De acordo com a psicóloga Kátia Maheirie (2002), a subjetividade é compreendida como uma dimensão do sujeito, ou seja, como os aspectos internos, pessoais e individuais que formam a identidade e a consciência de uma pessoa. A objetividade, por outro lado, refere-se à realidade externa, social e material, que também influencia a formação do sujeito. No caso dos palestinos, essa dialética se torna visível de maneira dramática, já que a subjetividade do sujeito palestino é profundamente influenciada pela brutalidade da ocupação, mas também pela resistência que surge nessas condições.

A debilitação sistemática dos palestinos em Gaza, como vimos, é uma prática que transcende os moldes clássicos da exploração colonial. Jasbir Puar (2021) argumenta que, ao contrário de regimes coloniais anteriores que mantinham populações subjugadas vivas como fonte de mão de obra, o contexto contemporâneo da ocupação israelense demonstra que há pouca necessidade de trabalho palestino na economia israelense. Isso ocorre, em parte, devido ao uso de mão de obra migrante para suprir demandas econômicas, deslocando a necessidade histórica de dependência dos trabalhadores locais.

Puar (2021) destaca que a rentabilidade, no caso de Gaza, não está ligada à exploração do trabalho humano, mas à produção deliberada de debilidade e à lucratividade derivada desse estado. Além de exercer um “direito de mutilar”, a autora afirma que Israel explora um “direito de reparação” soberano, que se manifesta como um controle estratégico sobre os processos de reabilitação, que são distribuídos de maneira condicional e tática, vinculados à lógica de segurança do Estado israelense.

Segundo argumenta Puar (2021), por meio das práticas de mutilação e debilitação, os palestinos são reduzidos de suas identidades a meros corpos biológicos, sem agência ou dignidade, como parte de uma estratégia mais ampla de controle, onde suas vidas são tratadas como cálculos temporais desprovidos de qualquer consideração humana ou moral. Segundo a teórica, essa desumanização é parte de uma estratégia mais ampla de controle colonial, na qual os palestinos são capturados em cálculos temporais e econômicos que desconsideram suas vidas como seres humanos, transformando-os em meros componentes biológicos para serem manipulados e controlados.

Conforme a autora, o trauma vivido pelos palestinos nesse caso, é minimizado e distorcido por meio de uma estrutura legal e política que reinterpreta e renomeia o sofrimento palestino de uma forma que o deslegitima. De acordo com Puar (2021), termos como “presentes-ausentes”, “ameaças à segurança” e “ameaças demográficas” são exemplos de como a população palestina é desumanizada e categorizada.

“Presentes-ausentes” sugere que os palestinos estão fisicamente presentes, mas são sistematicamente marginalizados e privados de seus direitos e vozes. “Ameaças à segurança” e “ameaças demográficas” são termos utilizados para justificar a opressão e os ataques à sua integridade.

Inúmeros estudos têm documentado os efeitos em curso sobre as crianças em estado de sítio, envolvendo prisões, assaltos, invasões domiciliares, testemunho de mortes e a perda de infraestrutura familiar e comunitária. O impacto psicológico nas crianças tem sido considerado uma forma de “Transtorno de Estresse Pós-Traumático Contínuo”, enquanto a política israelense de regulação calórica ou a “dieta da fome” levou ao que os médicos chamam de “desnutrição”. A exposição ao fósforo branco do chumbo fundido e a contaminação do solo por materiais radioativos de bombas israelenses levaram ao aumento de deficiências congênitas (Puar, 2021, p. 23).

A afirmação acima evidencia como o sofrimento dos palestinos é reconfigurado pela lógica colonial, que usa uma terminologia de controle e repressão para negar o reconhecimento e a reparação de seu trauma. Essa terminologia serve para manter o *status quo* da opressão, colocando os palestinos em uma posição de subordinação e invisibilidade.

Puar (2021) destaca ainda o processo de trauma gerado na juventude palestina. Segundo a autora, o ato de mirar a juventude, não para a morte, mas para a “desnutrição”, para lesões físicas, psicológicas e cognitivas, se configura como outro aspecto dessa tática biopolítica que busca tornar impotente qualquer resistência futura; ou seja, debilitando, assim, o tempo geracional dos palestinos. Puar (2021) sugere que essas lesões são uma forma de controle biopolítico, pois, ao enfraquecer as capacidades de resistência das populações afetadas, elas dificultam a possibilidade de uma resistência organizada e eficaz no futuro. A resistência é nesse sentido, esvaziada de sua força e vitalidade ao ser reduzida a algo quantificável e manipulável.

Vale a pena afirmar uma questão óbvia, mas talvez não percebida: esta é uma fantasia biopolítica, que a resistência pode ser localizada, despojada e esvaziada. “Resistência em si” torna-se alvo de métricas computacionais: como medir, calcular e capturar a resistência? Mas não só o controle biopolítico é uma montagem fundamentalmente produtiva; a irredutibilidade ontológica da “resistência em si” é esquiva, na melhor das hipóteses (Puar, 2021, p. 24).

O conceito de “fantasia biopolítica” utilizada pela autora, se refere à ideia de que a resistência pode ser despojada e controlada, tornando-se algo que pode ser medido, calculado e inclusive controlado por técnicas de gestão modernas. Nesse sentido, a resistência, em vez de ser uma resposta espontânea e incontrolável, é tornada um objeto de análise e controle. No entanto, a autora também destaca a resistência essencial da humanidade, que persiste além dos esforços de captura e controle, sendo um fenômeno esquivo e irredutível, que não pode ser completamente absorvido pelo sistema biopolítico.

Maheirie (2002), por exemplo, sugere que a emoção, longe de ser algo relegado à esfera privada e subestimada pelo racionalismo cartesiano, é, na verdade, uma capacidade fundamental do ser humano para compreender e se relacionar com o mundo. Essa perspectiva pode ser relacionada a como as práticas de vigilância em Israel/Palestina moldam a subjetividade e identidade dos palestinos através de um processo contínuo de objetivação e subjetivação.

Como possibilidade humana, a emoção não está só na esfera do privado e cumprindo um papel subalterno, como nos fez acreditar o racionalismo cartesiano. A possibilidade humana de se emocionar é, sem dúvida, uma possibilidade de compreender o mundo. Toda emoção tem uma significação própria. Ela é a “totalidade das relações da realidade humana para com o mundo”, criando a sensibilidade entre os indivíduos. (Sartre, 1965, p.84 apud Maheirie, 2002, p. 38).

Como um reflexo desse extenso sistema de controle e violência infligida às populações palestinas em Gaza e na Cisjordânia, a prática de mutilar, bem como, a de encarceramento em massa não se limitam aos números, mas refletem o objetivo maior de dismantlar a resistência palestina de forma contínua e sistêmica. As lesões cognitivas e psicológicas, conforme discutido, são apenas uma faceta dessa estratégia de enfraquecimento; os números de mortos e de prisioneiros palestinos se tornam uma métrica importante desse controle biopolítico.

O alto número de mortos em Gaza, somado à crescente quantidade de palestinos presos em Israel, são evidências de como a violência não se limita a um ato imediato de extermínio. Ela se constitui como parte de uma “eliminação lenta”, onde as vidas são continuamente subtraídas não apenas através da morte, mas também pela privação da liberdade e pela fragmentação das capacidades de resistência.

De acordo com dados publicados pela revista *The Lancet* em 09 de janeiro de 2025, o número de mortos em Gaza entre 7 de outubro de 2023 e 30 de junho de 2024 chegou a aproximadamente 64 260 mortes. A revista realizou uma análise de captura-recaptura de três listas usando dados de listas de hospitais do Ministério da Saúde da Palestina (MoH), uma pesquisa online do MoH e obituários de mídia social que, após imputar valores ausentes, foi ajustado a modelos lineares generalizados alternativos à estrutura de sobreposição das três listas. Cada modelo representa diferentes dependências possíveis entre as listas e incluindo variáveis preditivas da probabilidade de ser listado para chegar à estimativa apresentada.

O Centro de Informações de Saúde do MoH obteve dados de mortalidade de necrotérios de hospitais e os registrou em um sistema de informações eletrônicas. Seus números de mortes publicados durante uma das operações militares israelenses de grande escala anteriores em 2014 foram considerados confiáveis, chegando a 4% das estimativas da ONU e 8% das estimativas militares israelenses. No início da atual operação militar, o MoH continuou a rastrear mortes individuais devido a ferimentos traumáticos, e seus relatórios mostraram-se confiáveis. No entanto, no período desde outubro de 2023, a qualidade dos dados de mortalidade do MoH pareceu se deteriorar, conforme indicado pelo número crescente de falecidos não identificados (ou seja, sem nome ou outros identificadores exclusivos). A escalada das operações militares terrestres israelenses e os ataques a instalações de saúde interromperam severamente a capacidade destas últimas de registrar mortes eletronicamente. Esses desafios obrigaram o MoH a confiar em modalidades de coleta de dados menos estruturadas, principalmente quando os hospitais estavam sitiados ou sofrendo bloqueios de telecomunicações⁶ (Jamaluddine *et al*, 2025, p. 01).

O trecho discute a coleta de dados sobre a mortalidade em Gaza durante as operações militares israelenses, com foco nas dificuldades encontradas pelo Ministério da Saúde (MoH) palestino na documentação e rastreamento das mortes. Isso se deve, segundo a revista, a partir de outubro de 2023, a intensificação dos ataques militares e a escalada do bloqueio de Gaza, reflexo do caos e da destruição generalizada.

6 Tradução nossa. Do original: The MoH's Health Information Centre sourced mortality data from hospital morgues and recorded these onto an electronic information system. Its published death tolls during one of the previous large-scale Israeli military operations in 2014 were considered reliable, coming within 4% of the UN's and 8% of the Israeli military's estimates. At the onset of the current military operation, the MoH continued to track individual deaths due to traumatic injury, and its reports were shown to be credible. However, in the time since October, 2023, the quality of MoH mortality data appeared to deteriorate, as indicated by increasing numbers of unidentified (ie, no name or other unique identifiers) decedents. The escalation of Israeli military ground operations and attacks on health-care facilities severely disrupted the latter's ability to record deaths electronically. These challenges compelled the MoH to rely on less structured data collection modalities, particularly when hospitals were under siege or experiencing telecommunication blockades.

A metodologia empregada pela *The Lancet*, que envolveu uma “análise de captura-recaptura de três listas” e “modelos lineares generalizados alternativos”, demonstra a aplicação de métodos quantitativos complexos para estimar o número de mortes. John W. Creswell na obra “*Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*” (2007) destaca que a pesquisa quantitativa frequentemente utiliza testes estatísticos inferenciais e análise de covariância para examinar hipóteses em estudos. A imputação de valores ausentes e o ajuste por variáveis preditivas são técnicas que tem como objetivo aumentar a robustez da análise, lidando com imperfeições nos dados reais, um desafio comum em pesquisas que buscam inferências importantes e úteis a partir da pontuação em instrumentos ou conjuntos de dados.

Como aponta Creswell (2007), mesmo os dados imperfeitos podem, quando tratados por métodos estatísticos apropriados, revelar inferências socialmente relevantes. No contexto palestino, esse rigor estatístico assume função política: torna visível o que o poder da guerra e da ocupação pretende apagar. Assim, o uso de métodos quantitativos em um cenário de destruição generalizada representa não só uma prática de medição, mas também de resistência epistêmica — uma forma de devolver presença às vidas subtraídas.

A situação descrita pode ser conectada diretamente à biopolítica como abordado anteriormente, não apenas ao destruir fisicamente, mas também controlar a visibilidade das mortes e o impacto humano do conflito. Esse apagamento das mortes ou a impossibilidade de documentá-las de maneira eficaz pode ser interpretado como uma estratégia biopolítica de invisibilização, onde o sofrimento e a perda de vidas palestinas são minimizados ou silenciados, tornando-os menos legíveis no cenário internacional.

Além das mortes e mutilações, outro aspecto central do controle biopolítico e necropolítico exercido por Israel sobre a população palestina é o sistema massivo de detenções. Desde o início da ocupação, milhares de palestinos têm sido presos sob acusações variadas, muitas vezes baseadas em leis militares que permitem detenções administrativas sem julgamento ou provas concretas. A detenção de palestinos, incluindo crianças e mulheres, sob condições que frequentemente violam os direitos humanos fundamentais, é emblemática de um regime que combina o poder disciplinar e necropolítico.

Tal como a contagem dos mortos revela uma administração da morte, o sistema de prisões revela uma administração da vida suspensa. As detenções, especialmente as administrativas, que podem ser renovadas indefinidamente — configuram uma forma de eliminação lenta, onde os corpos não são mortos de imediato, mas subtraídos gradualmente do convívio social, familiar e político.

Segundo estatísticas da organização palestina ADDAMEER (*Arabic for conscience*) *Prisoner Support and Human Rights Association*, o número total de presos políticos palestinos em Israel na data de 07 de janeiro de 2025 chega ao total de 10.400 pessoas. Destes, 3376 pessoas são detidos administrativos — detenções administrativas que podem ser renovadas indefinidamente sem julgamentos; 320 são crianças; 88 são mulheres; 200 são prisioneiros do território de 1948; 300 são prisioneiros de Jerusalém; 5 são prisioneiros do Conselho Legislativo Palestino; 561 são presos cumprindo penas perpétuas; 432 são prisioneiros que cumprem pena superior a 20 anos e 40 são prisioneiros que cumprem penas maiores de 25 anos.

A presente análise, portanto, integra uma abordagem de métodos mistos, nos termos de Creswell (2007), ao conjugar estatísticas rigorosas com uma leitura crítica dos mecanismos de poder que as produzem e às quais elas respondem. Como aponta o autor, essa combinação é particularmente relevante em pesquisas voltadas à justiça social, pois permite aliar a mensuração quantitativa com a interpretação qualitativa das condições sociais e históricas dos sujeitos afetados

Essas estatísticas revelam o impacto do sistema carcerário na vida cotidiana dos palestinos, como um sistema de encarceramento em massa que transforma os palestinos em sujeitos sob constante vigilância e ameaça de captura, consolidando a soberania colonial israelense como uma máquina de controle que ultrapassa os limites do corpo, afetando também a psique, as relações sociais e a capacidade de resistência da população. Enquanto o encarceramento e as detenções administrativas são mecanismos biopolíticos de repressão e vigilância, Mbembe (2018) argumenta que as tecnologias contemporâneas de destruição estão menos focadas em inscrever corpos em aparatos disciplinares e mais em inseri-los, no momento oportuno, na lógica de uma economia de massacre, onde o objetivo é a maximização da violência.

Além disso, Mbembe (2018) destaca que a generalização da insegurança aprofunda as distinções sociais, criando divisões fundamentais entre aqueles que possuem armas e poder e aqueles que não têm acesso a esses instrumentos de controle. Essa dinâmica reflete a lógica colonial contemporânea, em que a violência sistemática e o massacre são utilizados como ferramentas de dominação e manutenção da ordem.

Gaza é emblema da rentabilidade de uma economia especulativa reabilitadora onde corpos debilitados são mais valiosos do que os mortos, uma vez que se mantêm os corpos na condição de capital circulatório, não como trabalhadores enfraquecidos e dóceis, mas como partes que podem sofrer experimentações arbitrárias em suas formas de vida e suas diversas temporalidades. A mutilação é um requisito para esta economia, pela qual o colonialismo por povoamento é naturalizado através de um foco no status e na regulação da ocupação (Puar, 2021, p. 24-25).

Jasbir Puar (2021) argumenta que em Gaza há uma economia especulativa reabilitadora em funcionamento, na qual, corpos debilitados tornam-se mais valiosos do que mortos, pois são transformados em capital circulatório. A mutilação, nesse contexto, não é apenas uma consequência da violência colonial, mas um componente fundamental para sustentar essa economia.

Essa economia não apenas subjugua os corpos palestinos à violência física e psicológica, mas também os transforma em elementos produtivos dentro de um sistema que lucra com a debilidade e perpetua a ocupação. Nesse sentido, a mutilação, como aponta Puar (2021), se torna um elemento central na manutenção dessa economia, contribuindo para a “naturalização” do colonialismo e reforçando a distinção que Mbembe (2018) traça entre os que têm poder e os que estão sob seu jugo.

Jasbir Puar na obra *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (2007) desenvolve uma crítica à interseccionalidade tradicional e apresenta o conceito de “*assemblage*” (traduzido como agenciamento), inspirado na filosofia de Deleuze e Guattari (2002). A autora resgata o conceito de agenciamento como uma alternativa que privilegia convergências e encontros entre corpos e eventos, desestabilizando categorias fixas como raça e gênero.

A interseccionalidade presume que os componentes da identidade – raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade – são análises separáveis e podem, portanto, ser desmontados. Os agenciamentos, por outro lado, sugerem que essas análises não são entidades separadas que podem ser reunidas, mas sim que são mutuamente constitutivas.⁷ (Puar, 2007, p. 212).

⁷ Tradução nossa. Do original: As opposed to an intersectional model of identity, which presumes that components—race, class, gender, sexuality, nation, age, religion—are separable analytics and can thus be disassembled, an assemblage is more attuned to interwoven forces that merge and dissipate time, space, and body against linearity, coherency, and permanency.

Inicialmente a autora desenvolveu o conceito para uma noção de agenciamento *queer*, e posteriormente ampliou o debate sobre outras possibilidades políticas dos agenciamentos na obra *“Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva* (2013). Nesse sentido, essa ideia de interseccionalidade de agenciamento pode ser aplicada para compreender como o colonialismo, o racismo, a violência de Estado e as políticas de gênero e sexualidade se entrelaçam e afetam as diferentes formas de resistência palestina, tanto no nível individual quanto coletivo.

Puar (2007) destaca como a debilidade é utilizada como uma estratégia de controle e dominação que não se traduz apenas em condições de vidas precárias, mas em um processo contínuo de desgaste e enfraquecimento tanto dos corpos das pessoas quanto das infraestruturas necessárias para sustentar suas vidas. A debilidade nesse caso, não é meramente uma condição imposta às populações, mas também um modo de governança que opera através do desgaste lento de corpos e infraestruturas.

Dessa forma, a abordagem de agenciamento apresentada pela autora, com seu foco em processos e fluxos em constante transformação, permite capturar como o controle biopolítico israelense atua não apenas por meio de sistemas fixos de opressão, mas também através de formas de governança que se ajustam estrategicamente, como a mutilação, a debilidade e o impacto intergeracional. Essa lógica da perspectiva da interseccionalidade de agenciamento opera por meio do “controle adaptativo”, que refere-se à capacidade de sistemas de poder (sejam eles coloniais, estatais ou corporativos) de modular e ajustar suas estratégias de controle e opressão de acordo com as características e posicionamentos específicos dos sujeitos em relação a múltiplos eixos de opressão, como raça, gênero, classe, sexualidade e deficiência.

O autor Elia Zureik na obra *Surveillance and Control in Israel/Palestine* (2010) destaca como Israel exerce um controle abrangente sobre os palestinos, utilizando tanto vigilância burocrática quanto técnica para regular minuciosamente a conduta da população palestina. Isso pode ser exemplificado através das tecnologias de vigilância que são utilizadas para monitorar populações palestinas de forma diferenciadas, ajustando seu controle com base em fatores como localização geográfica (Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental) e perfis sociais (jovens, ativistas, líderes comunitários).

O controle de Israel sobre os palestinos é abrangente e envolve ambos os tipos de medidas de vigilância. Ao se referir aos cidadãos palestinos em Israel, Adriana Kemp afirma que “os palestinos estão no centro do desejo do Estado por controle, disciplina e regulação dos níveis mais minuciosos de conduta daqueles que são membros da sociedade e do sistema político, mas que não pertencem a eles”⁸ (Kemp, 2004, p. 74 apud Zureik, 2010, p. 12).

Zureik (2010) destaca que essas medidas podem ser tanto visíveis e invasivas (como o registro eletrônico de informações por meio de escutas telefônicas e interceptação de mensagens eletrônicas, câmeras de circuito fechado, monitoramento por vídeo, análise de DNA e identificação biométrica de retina e facial, entre outros) quanto estratégias menos perceptíveis, como a coleta sistemática de dados sob pretextos administrativos. Tais medidas de vigilância, embora justificadas frequentemente por motivos de segurança ou gestão, permitem um monitoramento abrangente da população, reforçando práticas de controle estatal, que podem ser usadas para restringir movimentos, prever ações de resistência e perpetuar desigualdades sob uma lógica biopolítica de regulação e dominação.

8 Tradução nossa. Do original: “Israel’s control of the Palestinians is all-encompassing, and involves both types of surveillance measure. In referring to Palestinian citizens in Israel, Adriana Kemp says that the ‘Palestinians stand at the centre of the state’s desire for control, discipline, and regulation of the most minute levels of conduct of those who are members of the society and polity, yet do not belong to them’”

Além disso, o autor cita a antropóloga Julie Peteet (1994; 1995) para ilustrar como a colonização israelense afeta o espaço e o tempo dos palestinos, restringindo sua mobilidade e liberdade. Zureik (2010) destaca a disparidade entre palestinos e ocupantes israelenses em termos de espaço, tempo e mobilidade, evidenciando que enquanto os palestinos enfrentam obstáculos que retardam seu cotidiano, como postos de controle e restrições de movimento, tornando tarefas simples demoradas e complicadas, os israelenses desfrutam de liberdade de movimento e capacidade de expansão territorial, exercendo controle sobre o espaço e tempo na região ocupada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que as práticas de vigilância e controle populacional exercem um papel central na manutenção da ocupação israelense. A abordagem proposta destacou as interseções entre colonialismo, biopolítica e resistência, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e complexa das dinâmicas de opressão e contestação presentes na região. Fica evidente que essas práticas vão além de simples mecanismos de segurança, constituindo um sistema sofisticado de dominação que permeia diversos aspectos da vida palestina.

Os dados apresentados reforçam a magnitude da violência e do controle exercidos no conflito israelo-palestino. De outubro de 2023 a junho de 2024, mais de 64.260 palestinos foram mortos em Gaza, de acordo com uma análise da revista *The Lancet*, enquanto as forças israelenses danificaram ou destruíram mais de 85% dos edifícios escolares e 65% das terras cultiváveis, conforme relatado por fontes das Nações Unidas. Além disso, o sistema de encarceramento em massa, comprovado na detenção de mais de 10.400 palestinos, incluindo 320 crianças e 88 mulheres, evidenciando o alcance do biopoder e do necropoder no controle da população palestina. Esses números exemplificam como a ocupação israelense vai além das ações pontuais, constituindo uma estrutura ampla e sistemática de dominação.

O conceito de “direito de mutilar”, proposto por Jasbir Puar, nos revela como a violência vai além da morte imediata, buscando debilitar corpos e infraestruturas como parte de uma lógica colonial e capitalista mais ampla. Em suma, o controle biopolítico exercido pelos israelenses opera não apenas através de tecnologias avançadas, mas também por meio de práticas cotidianas que afetam profundamente a mobilidade, a saúde e as perspectivas de futuro dos palestinos.

Além disso, a perspectiva interseccional adotada permitiu compreender como as experiências de opressão e resistência são moldadas por fatores como raça, gênero e classe, criando vulnerabilidades específicas, mas também possibilidades únicas de agenciamentos. Por fim, embora o foco principal tenha sido as práticas opressivas implementadas pelo Estado de Israel, reconhece-se a importância de uma análise mais ampla que considere as ações de outros atores envolvidos no conflito, incluindo grupos palestinos e as influências de potências regionais e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJLABS. Israel-Hamas War in Maps and charts: Live Tracker. *AlJazeera*. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- CRESWELL, John Ward. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.
- DELEUZE, Gilles y GUATTARI, Felix. *Mil mesetas: Capitalismo y esquizofrenia*, trad. de José Vázquez Pérez. Pre-Textos, Valencia, 2002.
- Estatística prisioneiros palestinos em Israel. *Addameer*. Disponível em: <<https://www.addameer.ps/statistics>>. Acesso em: 29 dez. 2024.
- FOUCAULT, Michel. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Random House, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Society must be defended*. Lectures at the Collège de France 1975-76. London: Allen Lane, 2003.
- JAMALUDDINE, Zeina et al. Traumatic injury mortality in the Gaza Strip from Oct 7, 2023, to June 30, 2024: a capture–recapture analysis. *The Lancet*, 2025.
- KEMP, Adriana. “‘Dangerous Populations’: State, Territoriality and the Constitution of National Minorities”. In: MIGDAL, J. (Ed.) *Boundaries and Belonging: States and Societies in the Struggle to Shape Identities and Local Practices*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 73-98.
- MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 31-44, jan./jun., 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35401303>>. Acesso em: 05 jan. 2025.
- Conflito Hamas-Israel 2023: Perguntas Frequentes. *Ministério das Relações Exteriores Israelense*. Disponível em: <<https://www.gov.il/en/pages/swords-of-iron-faq-6-dec-2023>>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PAPPÉ, Ilan. *La limpieza étnica de Palestina*. Tradução de Luis Noriega. Barcelona: Crítica, 2008.
- PETEET, Julie. “Male Gender and Rituals of Resistance in the Palestinian Intifada: A Cultural Politics of Violence”. *American Ethnologist*, 21(1), p. 31–49, 1994.
- PETEET, Julie. Transforming trust: dispossession and empowerment among Palestinian refugees. In: DANIEL, Valentine E.; KNUDSEN, John Chr. (Org.). *Mistrusting refugees*. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 168–186.
- PUAR, Jasbir Kaur. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press, 2007.

PUAR, Jasbir Kaur. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez., 2013.

PUAR, Jasbir Kaur. O ‘direito’ de mutilar: deficiência e biopolíticas de desumanização na Palestina. Tradução de Renato Amantino Pereira e Fabio A. G. Oliveira. *Divesitates Revista Internacional*, Niterói, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358310845_O_'direito'_de_mutilar_deficiencia_e_biopoliticas_de_desumanizacao_na_Palestina>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SAID, Edward Wadie. *A questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SARTRE, Jean Paul. *Esboço de uma teoria das emoções*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ZUREIK, Elia; LYON, David; ABU-LABAN, Yasmeeen. (Ed.). *Surveillance and Control in Israel/Palestine: Population, Territory and Power*. 1. ed. London: Routledge, 2010.